

# Ou o entendimento ou o descontrole da economia

Roberto de Moraes  
Maisonnave (\*)

Quando uma nação perde a oportunidade de transformar seu processo constituinte num imenso pacto social, ela configura uma incapacidade política gigantesca e recebe como produto final uma Constituição que gera mais dúvidas do que esperança, mais confrontos do que entendimentos e tem a interpretação como uma norma ao contrário do que deveria ser: a diretriz clara do futuro próximo.



O País passou pela festa da eleição enganosa do Plano Cruzado, embriagou-se na promessa falsa de uma Carta Magna que resolve-

ria, por si só, todos os problemas, sofre a imensa resaca do impasse em que foi envolvido — e que só pode ser superado com a negociação fora dos limites do Parlamento, com a integração de esforços da classe empresarial, dos trabalhadores e do governo como artífices daquilo que deveria ter sido feito e não foi.

E ninguém pode iludir-se. Ou o entendimento vem ou a sociedade passará pelo descontrole geral de sua economia, pelo aviltamento generalizado de sua moeda. A história é pródiga de exemplos de que não existe democracia forte com moeda fraca.

Não se pode pensar que o pacto social que se está discutindo, que se pretende implantar, seja uma distribuição de vantagens e regalias. Pelo contrário, deve

ser uma racionalização nas perdas de cada um, na aceitação política de que o combate ao déficit passa pelo corte de verbas governamentais, pela aceitação de que a classe trabalhadora não pode ser a única penalizada e que a capacidade empresarial de investir seja sufocada pela atratividade da especulação financeira.

Se a grande oportunidade de integração foi perdida na Constituinte que terminou, substituída que foi pelo casuismo, pela concessão de benesses sem amparo na realidade brasileira, o esforço atual pode permitir posições divergentes, antagonismos e interesses contraditórios. O que não se poderá nunca admitir é a omissão, o corporativismo acima dos interesses comuns.

A falha da classe política

implica, obrigatoriamente, que a sociedade como um todo a substitua, que assuma o comando e faça a parte que lhe deveria caber como parceira, nunca como liderança.

A cada momento que passa a inflação anunciada deixa de ser um temor para ser uma saudade, eis que a estimada para o mês que vem será maior, mais intensa, mais nociva, numa acumulação sucessiva que faz com que sua reversão deixe de ser um simples exercício de economia para se transformar numa nova postura política. Nela, os limites do consenso passariam pela revitalização do poder político nacional, com eleições gerais em todos os níveis em 15 de novembro de 1989, menos no municipal, com a presidência agindo como condutor isento desta renovação e

não como interessado no caminho sucessório.

Por ser grande a crise, a solução tem de ser também de porte e de audácia. Não poderá limitar-se ao estreitamento de um ou alguns segmentos da sociedade, mas tem de envolver todos, inclusive aquele que está mais desgastado ante a opinião pública.

Na capacidade de renúncia dos que têm responsabilidade na superação do impasse nacional estará a resposta — ou se o esforço é para contornar momentaneamente as dificuldades, transferindo-as para o amanhã ou se é para lançar as bases do Brasil moderno, confiável, não no exterior, mas dentro das fronteiras, e para os que moram nele.

(\*) Diretor-Presidente da Imcosul, de Porto Alegre.